

- Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.
- Os itens desta prova deverão ser resolvidos exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação Profissional, deixando-se de parte quaisquer divergências entre estas e outras fontes.

## -- PROVA OBJETIVA --

### F1 – FUNDAMENTOS DA POLÍTICA PENAL BRASILEIRA

Em relação aos fundamentos históricos da criminologia e às escolas criminológicas, julgue os itens a seguir.

- 1 Cesare Lombroso, expoente da Escola Positiva da criminologia, atribuiu, a partir do método indutivo-experimental, o comportamento criminoso a características anatômicas dos indivíduos, recomendando a punição dessas pessoas antes de qualquer conduta criminosa.
- 2 A história da criminologia tem origem relativamente recente, sendo a obra **O homem delinquente**, de Cesare Lombroso, considerada, pela maioria dos autores, o marco inicial da chamada fase pré-científica da criminologia.
- 3 A Escola Clássica da criminologia fundamenta-se no jusnaturalismo e no contratualismo, justificando a existência do direito penal na necessidade de proteger os bens jurídicos.
- 4 No Brasil, as correntes criminológicas que atribuíam características negativas a determinados grupos étnicos foram imediatamente rechaçadas.

Considerando os aspectos científicos da criminologia, julgue os itens que se seguem.

- 5 As principais funções da criminologia moderna são: fazer entender e evitar o crime; intervir na pessoa do infrator; e examinar os diferentes modelos de resposta ao crime.
- 6 Os mecanismos informais de controle social, entre os quais se incluem a religião e as relações familiares, situam-se fora do escopo de estudo da criminologia, a qual busca a compreensão dos mecanismos formais de controle.
- 7 A criminologia moderna exclui a vítima dos seus objetos de estudo.
- 8 Assim como o direito penal, a criminologia dedica-se à investigação dos fatos precedentes à prática do crime, com o intuito de entender o processo e prevenir o delito.

No tocante aos modelos teóricos e explicativos dos delitos, julgue os próximos itens.

- 9 A teoria do direito penal do inimigo é um modelo de controle da criminalidade caracterizado pela defesa tanto da intervenção mínima do Estado quanto da proporção direta entre o fato praticado e a sanção imposta.
- 10 De acordo com a teoria da anomia, cujo principal expoente é Émile Durkheim, o crime não surge da ausência de normas cogentes, mas do enfraquecimento destas na moldagem dos comportamentos sociais.
- 11 Entre os modelos de prevenção fundamentados na nova criminologia, destaca-se a prevenção primária, que consiste na efetivação de políticas públicas direcionadas aos locais com maior índice de criminalidade.
- 12 Segundo a teoria do etiquetamento (*labelling approach*), as instâncias de controle social ocasionam uma seletividade do sistema penal, pois estabelecem os comportamentos que serão punidos e os que serão aceitos.

Julgue os itens seguintes, que tratam da pena e dos instrumentos de política penal.

- 13 A Lei de Execução Penal passou a regular a relação entre a pessoa presa e o órgão estatal responsável pelo acompanhamento do cumprimento de pena, o que reforça o entendimento de que a execução penal tem natureza majoritariamente administrativa.
- 14 Embora a resposta do Estado democrático às condutas consideradas criminosas ainda esteja muito vinculada à ideia de prisão, é crescente a institucionalização de meios alternativos de punição.
- 15 As chamadas regras de Tóquio e regras de Mandela, de origem internacional, visam incentivar a adoção de medidas não privativas de liberdade pelos Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU).
- 16 No Brasil, é vedada a inclusão de presos provisórios em estabelecimentos penais federais de segurança máxima.

### F2 – SENAPPEN: ATRIBUIÇÕES E GESTÃO ORGANIZACIONAL

Acerca da Lei de Execução Penal (Lei n.º 7.210/1984), do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), de seu histórico, bem como do histórico das penas no Brasil e da estrutura organizacional das penitenciárias federais, julgue os itens a seguir.

- 17 O organograma das penitenciárias federais é definido por decreto federal, mas há unidades informais no âmbito de cada estabelecimento penal.
- 18 Anteriormente à Lei de Execução Penal, promulgada em 1984, a norma que disciplinava o cumprimento da pena no Brasil abrangia, em sua completude, a execução penal brasileira.
- 19 Nos termos da Lei de Execução Penal, é competência da Secretaria Nacional de Políticas Penais coordenar e supervisionar os estabelecimentos penais federais e estaduais.
- 20 O cargo de agente penitenciário federal foi criado no quadro de pessoal do Ministério da Justiça anos após a criação do DEPEN.
- 21 As penas privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa ganharam previsão legal no território brasileiro com a promulgação do Código Penal de 1940.

Em relação à SENAPPEN, à Força Penal Nacional e ao levantamento de informações do sistema penitenciário, julgue os próximos itens.

- 22** A Força Penal Nacional constitui um programa de cooperação entre a União e as unidades da Federação, firmado mediante convênio, em caráter eventual e planejado, para a execução de atividades e serviços em casos de instabilidade no sistema penitenciário.
- 23** O Relatório de Informações Penais (RELIPEN), de atribuição da Diretoria de Inteligência Penitenciária, além de consolidar os dados das penitenciárias federais, também abrange as informações das penitenciárias estaduais e das carceragens instaladas nas instituições de segurança pública do território nacional.
- 24** A SENAPPEN é uma entidade descentralizada, integrante da administração indireta e fiscalizada pelo governo federal.
- 25** Atualmente, na SENAPPEN, são dois os cargos comissionados: o de secretário e o de diretor-executivo.
- 26** A Escola Nacional dos Serviços Penais e a Ouvidoria Nacional dos Serviços Penais são unidades administrativas finalísticas, vinculadas diretamente ao secretário nacional da SENAPPEN.

No que tange ao disposto nas principais resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), julgue os itens subsecutivos.

- 27** É considerada vexatória a revista pessoal realizada no controle de ingresso ao estabelecimento prisional mediante o desnudamento parcial ou total do visitante.
- 28** O defensor público em atividade de atendimento a determinado preso custodiado em penitenciária federal de segurança máxima somente poderá ingressar no estabelecimento mediante agendamento de dia e horário e após prévia identificação.
- 29** É proibida a revista pessoal em criança com menos de 5 anos de idade, mesmo com a expressa autorização de seu representante legal.
- 30** É proibido, em qualquer caso, o uso de meios de contenção em presos sob intervenção cirúrgica em unidade hospitalar.
- 31** No deslocamento de mulher presa ou internada, a escolta deverá ser composta de pelo menos uma policial penal ou servidora pública, encarregada da revista pessoal da custodiada.

No que se refere à política de fortalecimento do sistema penal, ao Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), ao CNPCCP e ao exercício de atividades laborais pelo custodiado nos termos previstos na Lei de Execução Penal, julgue os seguintes itens.

- 32** A maior parte dos recursos do FUNPEN, gerido pela SENAPPEN em prol do sistema penitenciário nacional, advém das loterias.
- 33** Os recursos do FUNPEN podem ser utilizados para programas de assistência às vítimas de crime.
- 34** O trabalho das pessoas privadas de liberdade deve ter remuneração não inferior a  $\frac{3}{4}$  do salário mínimo vigente.
- 35** O CNPCCP é subordinado ao Secretário Nacional da SENAPPEN e tem como principal atribuição elaborar programas e diretrizes para a execução das penas.
- 36** Constitui um protocolo de segurança da política de segurança do sistema prisional a dotação financeira para os estados para a construção de presídios de segurança máxima em âmbito estadual e municipal.

### F3 – PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NA EXECUÇÃO PENAL

No que tange ao controle na administração pública, julgue os seguintes itens.

- 37** Exige-se previsão legal dos espaços em que os cidadãos possam atuar na realização do controle social, tais como os conselhos de políticas públicas e as conferências.
- 38** A Ouvidoria-Geral faz parte da estrutura da Controladoria-Geral da União e exerce supervisão técnica das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal.
- 39** O controle externo da administração pública é realizado pelo Tribunal de Contas da União e, de forma subsidiária, pelo Poder Legislativo.

Ainda no que se refere ao controle na administração pública, julgue os itens seguintes.

- 40** A disponibilização de informações em resposta às solicitações de informação com base na Lei de Acesso à Informação é denominada transparência ativa.
- 41** Entre os objetivos primordiais da Ouvidoria Nacional de Serviços Penais incluem-se o acolhimento e o processamento de denúncias de servidores; o monitoramento dos estabelecimentos penais do país; e a defesa dos direitos das pessoas privadas de liberdade e seus familiares.
- 42** Compete ao Conselho Penitenciário fiscalizar o cumprimento das penas de prestação de serviços à comunidade e de limitação de fim de semana.
- 43** O desenvolvimento de ações voltadas para o engajamento da comunidade na execução penal, visando implementar projetos de aprimoramento e humanização de serviços penais por meio de parcerias diversificadas, é uma das tarefas da Ouvidoria Nacional de Serviços Penais.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos órgãos da execução penal e controle social.

- 44** Compete ao SENAPPEN acompanhar a fiel aplicação das normas de execução penal em todo o território nacional.
- 45** As questões relacionadas à prevenção do crime são atribuições exclusivas do Estado, devendo ser executadas pelo Poder Executivo, Ministério Público e Poder Judiciário, nas esferas federal, estadual e municipal.
- 46** O Ministério Público fiscaliza a execução da pena e da medida de segurança, devendo manifestar-se em todos os incidentes e podendo recorrer de decisões proferidas com as quais não concorde, sempre em prol da execução da pena, motivo pelo qual o órgão não tem legitimidade para postular em favor de pessoa presa ou condenada.
- 47** O Conselho Penitenciário tem como objetivo dar parecer nos pedidos de livramento condicional, bem como fiscalizar o cumprimento da pena.

Em relação ao sistema interamericano de direitos humanos e ao sistema prisional, julgue os próximos itens.

- 48** As declarações obtidas por meio de tortura devem ser desprezadas pelos Estados signatários da Convenção Internacional contra Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, não podendo ser admitidas em nenhuma hipótese.
- 49** Embora a Convenção contra Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes tenha adotado diversas medidas importantes, como a exigência de que os países signatários tipifiquem o crime de tortura, entende-se que outros avanços são ainda necessários, como a exigência da tipificação penal da cumplicidade e da participação na prática da tortura.
- 50** As violações de direitos humanos no sistema prisional brasileiro motivaram reações da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que expediu diversas recomendações em razão das situações de risco em penitenciárias brasileiras, sem que tenha havido, contudo, condenação do Estado brasileiro ao cumprimento de medidas que garantissem a erradicação dessas situações.
- 

**Espaço livre**

---